



## RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

20 A 24 DE MAIO DE 2024

### CONGRESSO NACIONAL

#### Terça-feira (21/05)

---

**CPCMS - REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL** / *Item incluído após o envio da agenda*

**Seminário** - Tema: Seminário com o tema: “Dados Pessoais e Inteligência Artificial no Mercosul”.

Resultado: Realizado.

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PLEN – PLENÁRIO** / Plenário da Câmara dos Deputados / *Pauta divulgada após o envio da agenda.*

#### Quarta-feira (22/5)

**PL 8889/2017** - Dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAVD) e dá outras providências. Explicação: dispõe que a Ancine poderá estabelecer soluções de conflito e arbitragem sobre disputas comerciais entre empresas provedoras de conteúdo audiovisual por demanda ou entre elas e empresas que atuem em segmentos de produção e distribuição deste mercado, a partir da provocação de uma das partes.

Autor: Paulo Teixeira (PT/SP)

Relator: André Figueiredo (PDT/CE)

Parecer: pela aprovação, na forma do substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

#### Segunda-feira (20/5)

---

### CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO

**Audiência Pública** - Tema: Contexto político e legislativo dos trabalhadores por Plataforma.

Resultado: Realizada.

#### Terça-feira (21/5)

---

### CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

**Audiência Pública** - Finalidade: Adoção da bula digital de medicamentos (Lei 14.338/22).

Resultado: Realizada.

### CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

**PLP 35/2023** - Dispõe sobre isenção dos tributos federais compreendidos no Simples Nacional para microempresas com receita bruta anual de até R\$ 96.000,00.

Autor: José Medeiros (PL/MT)

Relator: Jorge Goetten (PL/SC)

**Parecer:** Parecer do Relator, Dep. Jorge Goetten (PL-SC), pela aprovação.

**Resultado:** [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Finanças e Tributação \(CFT\).](#)

**PLP 228/2023** - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir que a opção pelo Simples Nacional possa ocorrer nos meses de janeiro e de julho de cada ano.

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Relator: Vitor Lippi (PSDB/SP)

**Parecer:** Parecer do Relator, Dep. Vitor Lippi (PSDB-SP), pela aprovação, com substitutivo.

**Resultado:** [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Finanças e Tributação \(CFT\).](#)

## **CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**PL 120/2022** - Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer a obrigatoriedade de os órgãos e entidades públicas exigirem que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto de contratos administrativos seja constituído por pessoas nas situações especificadas.

Explicação: obriga os órgãos e entidades públicas a exigirem em suas respectivas contratações o percentual mínimo de 20% de mão de obra formada por mulheres vítimas de violência doméstica, oriundos ou egressos do sistema prisional e pessoas com idade igual ou superior a 50 anos.

Autor: Ely Santos (REP/SP)

Relator: Sargento Portugal (PODE/RJ)

**Parecer:** Parecer do Relator, Dep. Sargento Portugal (PODE-RJ), pela aprovação deste, do PL 371/2023, e do PL 1807/2023, apensados, com substitutivo.

**Resultado:** [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher \(CMULHER\)](#)

## **Quarta-feira (22/5)**

---

### **CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**Audiência Pública - Tema:** A CCTI na 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

**Resultado:** [Realizada.](#)

### **CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

**Reunião de comparecimento de ministro - Tema:** Comparecimento do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Convidado:

- Fernando Haddad, ministro de Estado do Ministério da Fazenda.

**Resultado:** [Realizada.](#)

**CREDN - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL / Pauta divulgada após o envio da agenda.**

**PL 342/2022** - Altera a Lei nº 4.375, de 1964, dispendo sobre o certificado digital de reservista, de dispensa de incorporação e outros certificados.

Explicação: Trata sobre a expedição de certidão online e gratuita de comprovação de regularidade com o serviço militar.

Autor: Kim Kataguiri (UNIÃO/SP)

Relator: Zucco (PL/RS)

**Parecer:** Parecer do Relator, Dep. Zucco (PL-RS), pela aprovação.

**Resultado:** [Retirado de pauta, de ofício, por solicitação do Relator.](#)

**CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Pauta divulgada após o envio da agenda.**

**REQ 12/2024** - Requer a realização de Audiência Pública para debater o PDL 368/2022 e seus apensados, bem como a censura e os banimentos que se instalaram em época eleitoral e foram postergados indefinidamente, conforme recente escândalo conhecido como "Twitter Files", segregando e banindo Parlamentares das mídias e espaços públicos digitais através de procedimentos inquisitoriais, sigilosos e sem direito ou acesso à defesa.

Autor: José Medeiros (PL/MT)

**Resultado:** [Não deliberado em razão do encerramento da Reunião](#)

**PL 8450/2017** - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o oferecimento ao consumidor de data e turno para agendamento de entrega de produto e de prestação de serviço.

Relator: Patrus Ananias (PT/MG)

**Parecer:** Parecer do Relator, Dep. Patrus Ananias (PT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs PL 464/2011, PL 521/2011, 700/2011, 5149/2013, 1752/2015, 2500/2015, 4386/2016, 1387/2015, 3776/2015, 6942/2017, 8435/2017, PL 5214/2016, 5507/2016, 1363/2019, 2582/2021, 1133/2022, 8627/2017, 6523/2009, 677/2020, 2066/2022, 737/2020, 1080/2020, 1695/2022 e 1829/2022, apensados, do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor e das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com emendas.

**Resultado:** Não deliberado em razão do cumprimento do prazo de vista.

**PL 5379/2019** - Dispõe sobre os direitos básicos das microempresa e empresas de pequeno porte e dá outras providências.

Autor: Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Relator: Lucas Redecker (PSDB/RS)

**Parecer:** Parecer do Relator, Dep. Lucas Redecker (PSDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

**Resultado:** Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

## **CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO**

**PL 10575/2018** - Altera o art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para possibilitar a equiparação salarial entre empregados independentemente no cargo ou na função.

Autor: Patrus Ananias (PT/MG)

Relator: Bohn Gass (PT/RS)

**Parecer:** Parecer do Relator, Dep. Bohn Gass (PT-RS), pela aprovação.

**Resultado:** Aprovados os Requerimentos de Retiradas de Pauta, dos Deputados Sanderson e Fernanda Pessoa.

**PL 1663/2023** - Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Explicação: revoga artigos já derogados da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para melhor adequação legal

Autor: Fausto Santos Jr. (UNIÃO/AM)

Relator: Ossesio Silva (REP/PE)

**Parecer:** Parecer do Relator, Dep. Ossesio Silva (REP/PE), pela aprovação, com emenda.

**Resultado:** Não deliberado.

## **CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

**PL 5678/2023** - Acrescenta parágrafo único ao art. 47 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para garantir acesso a plataforma digital de assistência à saúde e social à pessoa idosa, e dá outras providências.

Autor: Alberto Fraga (PL/DF)

Relator: Nely Aquino (PODE/MG)

**Parecer:** Parecer da Relatora, Dep. Nely Aquino (PODE-MG), pela aprovação, com substitutivo.

**Resultado:** Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência da Relatora Deputada Nely Aquino (Podemos-MG)

## **SUBAPOST - SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE REGULAÇÃO DE APOSTAS ESPORTIVAS**

**Reunião de Instalação e Eleição - Tema:** Instalação e eleição do presidente

**Resultado:** Não realizada em razão do cancelamento da reunião.

## **CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Pauta divulgada após o envio da agenda.**

**PL 1354/2021** - Altera o MCI, com a finalidade de criar estímulo à pluralidade e diversidade de notícias, assegurar medidas de proteção ao jornalismo nacional e combate às fake news, para adotar política de tratamento não discriminatório das empresas de mídia de jornais, revistas, rádio e televisão legalmente instituídas bem como para criar mecanismos de equanimidade, pluralidade e diversidade de conteúdo na internet.

Explicação: Além de conceitos, o texto traz também regras para o pagamento de taxa remuneratória pela disponibilização de conteúdo noticioso e jornalístico, estimado a partir da receita bruta obtida com a publicização da notícia.

Autor: Denis Bezerra (PSB/CE)

Relator: Gervásio Maia (PSB/PB)

**Parecer:** Parecer às Emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator, Dep. Gervásio Maia (PSB-PB), pela aprovação deste, do PL 1586/2021, do PL 2950/2021, e do PL 78/2022, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição da Emenda ao Substitutivo 1/2023, 2/2023, 3/2023, 4/2023, 5/2023, 6/2023, 7/2023, 8/2023, 9/2023, 10/2023, 11/2023, 12/2023, 13/2023 e 14/2023, todas da Comissão de Comunicação.

**Resultado:** [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

## **CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**

**PL 5756/2023** - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), criando o vestiário feminino para empresas acima de 50 (cinquenta) funcionários para resguardar a privacidade e bem-estar das Mulheres.

Autor: Ely Santos (REP/SP)

Relator: Yandra Moura (UNIÃO/SE)

**Parecer:** Parecer da Relatora, Dep. Yandra Moura (UNIÃO-SE), pela aprovação.

**Resultado:** [Retirado de pauta, de ofício.](#)

**CDHMIR - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL** / Anexo II, Plenário 09, 14h00 / *Pauta divulgada após o envio da agenda.*

**REQ 36/2024** - Requer a realização de Audiência Pública para debater o resultado do 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios na perspectiva racial e dá outras providências.

Convidados:

- Ministério das Mulheres;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Ministério da Igualdade Racial;
- Movimento Negro Unificado.

Autor: Reginete Bispo (PT/RS)

**Resultado:** [Aprovado.](#)

**REQ 50/2024** - Requer a criação de Subcomissão Especial para debater mecanismos de monitoramento e de contenção da circulação de desinformação no contexto da tragédia climática do Rio Grande do Sul.

Autor: Daiana Santos (PCDOB/RS)

**Resultado:** [Aprovado.](#)

## **CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**

**Seminário - Tema:** Fomentando a presença feminina nas plataformas digitais

**Resultado:** [Realizada.](#)

**GTRETRIB - GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ANALISAR E DEBATER, NO ÂMBITO DA REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA, O PLP 68/2024, QUE INSTITUI O IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS), A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE BENS E SERVIÇOS (CBS) E O IMPOSTO SELETIVO (IS) / Item incluído após o envio da agenda.**

**Reunião - Tema:** Instalação dos trabalhos do GT - Regulamentação da Reforma Tributária - PLP 68/24

**Resultado:** [Realizada. Integram o grupo os deputados Claudio Cajado \(PP-BA\), Reginaldo Lopes \(PT-MG\), Hildo Rocha \(MDB-MA\), Joaquim Passarinho \(PL-PA\), Augusto Coutinho \(Republicanos-PE\), Moses Rodrigues \(União-CE\) e Luiz Gastão \(PSD-CE\).](#)

## **Quinta-feira (23/5)**

---

## **CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**PL 4412/2021** - Institui a Semana Nacional da Empresa Júnior.

Autor: Jayme Campos

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

**Parecer:** Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

**Resultado:** [Aprovado. A matéria segue para o Plenário da Câmara dos Deputados.](#)

## SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Terça-feira (21/05)

**PL 6233/2023** - Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre atualização monetária e juros; e dá outras providências.

Autor: Presidência da República

Relator: Rogério Carvalho (PT/SE)

**Parecer:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo

**Resultado:** [Aprovado o substitutivo. A matéria vai retorna à Câmara dos Deputados para análise das modificações.](#)

Terça-feira (21/05)

---

### CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

**PL 6012/2023** - Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes.

Autor: Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: Laércio (PP/SE)

**Parecer:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

**Resultado:** [Não deliberado.](#)

### CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**PL 454/2022** - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre compartilhamento e publicização de dados e microdados coletados no recenseamento anual a que se refere o inciso I do § 1º do art. 5º da referida Lei e na realização de censos educacionais.

Explicação: determina que o Poder Público é autorizado a compartilhar os dados e microdados do Censo Escolar e do ENEM

Autor: Tiago Mitraud

Relator: Esperidião Amin (PP/SC)

**Parecer:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, nos termos do substitutivo que apresenta

**Resultado:** [Aprovado o relatório. A matéria vai ao Plenário.](#)

### CREDC - SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

**Audiência Pública - Finalidade:** Proposta de Plano de Trabalho Avaliação da Política Nacional de Cibersegurança.

**Resultado:** [Realizada. Plano de Trabalho aprovado.](#)

Quarta-feira (22/05)

---

### CTIADMTR - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS

**PL 2481/2022** - Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo).

Explicação: entre outros, estabelece os princípios que a administração pública deverá obedecer. Além disso, fica determinado que os processos administrativos devem ser, preferencialmente, conduzidos por meio eletrônico. Outro ponto trazido é a extensão das decisões, quando for proferida decisão em um processo administrativo, ela pode ser estendida para casos similares, podendo autoridade competente, após manifestação de órgão jurídico, atribuir-lhe eficácia vinculante e normativa.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

**Parecer:** Pela aprovação nos termos do substitutivo.

**Resultado:** [Adiado](#)

**PL 2483/2022** - Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências.

Explicação: entre outros, disciplina o processo administrativo tributário para atualizá-lo e sistematizá-lo. Além disso, segundo justificção, busca-se promover maior integração entre as instâncias administrativas e judiciais. Além disso, são regulamentados os direitos antidumping e a cobrança de créditos tributários exigíveis pela União.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

**Parecer:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida a Emenda nº 6-T, parcialmente acolhidas as Emendas nos 7-T e 11, e rejeitadas as demais.

**Resultado:** [Adiado](#)

**PL 2484/2022** - Dispõe sobre o processo de consulta quanto à aplicação da legislação tributária e aduaneira federal.

Explicação: entre outros, disciplina o processo administrativo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária e aduaneira relativa aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. A consulta tributária consiste no procedimento administrativo gratuito destinado à resolução de dúvidas dos contribuintes e fixação de interpretação e aplicação da legislação tributária e legislação aduaneira. Um dos pontos que o projeto visa alterar é a existência de prazo de 360 dias para a autoridade administrativa proferir decisão, considerado extenso na justificativa do projeto.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

**Parecer:** Pela prejudicialidade

**Resultado:** [Adiado](#)

**PL 2485/2022** - Dispõe sobre a mediação tributária na União e dá outras providências.

Explicação: Dentre os diversos aspectos do anteprojeto, destacam-se os seguintes: (i) a mediação será cabível em âmbito administrativo e judicial como meio de prevenção consensual de conflitos entre o sujeito passivo e a União; (ii) a mediação será exercida por pessoas internas e/ou externas à administração pública, ressalvando que eventuais responsabilizações dos mediadores internos somente responderão por dolo ou fraude pelos seus órgãos correccionais ou disciplinares; e (iii) a habilitação dos mediadores será realizada pelo Ministério da Economia. Nesse sentido, para ser mediador interno, o auditor fiscal da Receita Federal e o procurador da Fazenda Nacional deverão estar em exercício há mais de 10 anos e, para ser mediador externo, ter realizado curso de qualificação reconhecido para tal exercício.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

**Parecer:** Pela prejudicialidade.

**Resultado:** [Adiado](#)

**PL 2486/2022** - Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira.

Explicação: Dentre os diversos pontos do anteprojeto, destacam-se as seguintes previsões: a assinatura do compromisso arbitral interrompe a prescrição, para todos os efeitos; as custas e as despesas relativas ao procedimento arbitral, inclusive aquelas atinentes aos honorários arbitrais, serão antecipadas pelo sujeito passivo e, quando for o caso, restituídas conforme deliberação final na instância arbitral; no procedimento arbitral, deverão ser observados os seguintes prazos: (i) prazo mínimo de 60 dias úteis para a resposta às alegações iniciais: nos casos que envolvam controvérsia exclusivamente de direito, o representante da Fazenda Pública, por ocasião da assinatura do compromisso arbitral, poderá informar antecipadamente sua anuência com a redução, pela metade, do prazo para resposta; (ii) prazo máximo de 12 meses para a apresentação da sentença arbitral, contado da data de celebração do compromisso arbitral: o prazo para sentença poderá ser prorrogado uma vez, desde que seja estabelecido acordo entre as partes e que o período não exceda 24 meses; a atuação como árbitro em matéria tributária e aduaneira é considerada exercício de função pública para os fins do art. 327 do Código Penal.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

**Parecer:** Pela aprovação nos termos do substitutivo.

**Resultado:** [Adiado](#)

**PL 2488/2022** - Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das

Explicação: entre outros, rege a cobrança de dívida ativa dos entes federados. Além disso, ficam acrescentados na dívida ativa da Fazenda Pública os valores pagos pela Administração Pública em excesso ou indevidamente a título de remuneração ou de pagamento de benefícios de qualquer natureza, inclusive os previdenciários e assistenciais, desde que regularmente constituídos. Dentre outros, ficam disciplinados: i) a expropriação dos bens ou valores bloqueados; ii) a cobrança judicial da dívida ativa; iii) a impugnação administrativa ao bloqueio extrajudicial; iv) os procedimentos para averbação de bloqueio extrajudicial; v) pedido de revisão de dívida.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

**Parecer:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

**Resultado:** [Adiado](#)

**PL 2490/2022** - Dá nova redação ao art. 11 do Decreto-Lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968.

Explicação: Trata da incidência de IRRF sobre valores remetidos ao exterior relativos à aquisição de bens a prazo, quando o beneficiário do rendimento for o próprio vendedor.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

**Parecer:** Pela aprovação.

**Resultado:** Adiado

**PLP 124/2022** - Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária.

Explicação: dentre outros, altera o Código Tributário e fica estabelecido que as penalidades em decorrência do descumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias devem observar o princípio da razoabilidade. Além disso, fica estabelecido que a multa não poderá exceder o valor do próprio tributo lançado.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

**Parecer:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

**Resultado:** Adiado

**PLP 125/2022** - Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes.

Explicação: dentre outros, institui o Código de Defesa dos Contribuintes para estabelecer normas gerais sobre os direitos, garantias, deveres e procedimentos aplicáveis à relação jurídica do contribuinte com a Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Destacam-se alguns dos direitos dos contribuintes estabelecidos: i) receber explicações claras sobre a legislação tributária e os procedimentos necessários ao atendimento de suas obrigações; ii) ser tratado com respeito e urbanidade pelos representantes da Fazenda Pública, mediante formas de comunicação claras, simples e facilmente compreensíveis; iii) ter a oportunidade de fazer-se assistir por advogado nos processos administrativos, notadamente nos procedimentos de fiscalização; iv) ter seus processos decididos em prazo razoável;

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

**Resultado:** Adiado

## **CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL**

**PL 786/2023** - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre os compromissos de investimentos decorrentes de autorizações para prestação de serviços de telecomunicações móveis e de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, bem como de prorrogações do direito de uso das radiofrequências necessárias.

Autor: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relator: Senadora Daniella Ribeiro

**Parecer:** Favorável ao projeto, com 7 (sete) emendas que apresenta

**Resultado:** Retirado de pauta

## **CDD - COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA**

**PL 4400/2021** - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social.

Explicação: institui crime apropriar-se indevidamente de conta alheia em rede social ou invadir dispositivo informático de uso alheio e extorsão precedida de apropriação indevida, com determinação de pena.

Autor: Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relator: Weverton (PDT/MA)

**Parecer:** Pela aprovação com emendas

**Resultado:** Retirado de pauta.

**PL 651/2022** - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos digitais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

Explicação: acrescenta ao Código Penal a tipificação de condutas criminosas de pessoas que agem através da internet para extorquir o usuário mediante sequestro de sua conta em redes sociais, além daqueles que invadem as redes sociais de um usuário fazendo se passar por ele para aplicar golpes em seus seguidores.

Autor: Mecias de Jesus (REP/RR)

Relator: Portinho (PL/RJ)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Resultado: Retirado de pauta.